CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 255-2044 - CEP: 01045-903

FAX: Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº: 415/96

INTERESSADA: Maíra Tramontano Mingarelli

ASSUNTO: Autorização para matrícula

RELATOR: Cons. Francisco José Carbonari

PARECER CEE Nº : 475/96 - CEPG - Aprovado em 13-11-96

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

1.1 A direção da EEPG Prof. Cláudio Gomes, em Vinhedo, encaminha, através da 1ª DE de Campinas, consulta a este Conselho para matricular a aluna Maíra Tramontano Mingarelli na 3ª série do 1º grau, em 1996, após ter freqüentado um ano de Ciclo Básico.

1.2 A aluna, nascida em 23-06-88, conforme informações do protocolado, teve sua transferência recebida em 02-06-95, no 1º ano do Ciclo Básico, oriunda de escola particular.

1.3 Matriculada no Ciclo Básico inicial, constatou-se que ela já estava alfabetizada, sendo remanejada para uma classe de Ciclo Básico em Continuidade, após ser submetida a uma prova de suficiência. No final do ano, segundo avaliação do Conselho do CB, a aluna foi promovida para a 3ª série do 1º grau.

1.4 No início do ano de 1996, foi transferida para a 3ª série do 1º grau do Centro Educacional do SESI da cidade de Vinhedo, "não tendo apresentado problemas de relacionamento com alunos da classe, nem com o conteúdo programático", conforme declaração da Coordenadora Pedagógica daquela entidade.

1.5 Estão juntados ao pedido, relatório da EEPSG Prof. Cláudio Gomes, parecer da Coordenação Pedagógica, avaliação psicológica, requerimento dos pais, declaração do SESI, todos favoráveis ao avanço, e Ata do Conselho de Classe dos CBI, onde está registrado que " a aluna atingiu 1ª e 2ª etapas do CB".

1.6 A supervisão de ensino faz um breve relato do caso e, ciente da legislação vigente, em especial a Deliberação CEE nº 14/86, solicita, em caráter excepcional, a matrícula da interessada na 3ª série do 1º grau, alegando que "a aluna já cumpriu exaustivamente, como provam as avaliações enviadas a esta DE, as atividades previstas para o Ciclo Básico" e que "existe também, favorável a essa solicitação a postura da família, responsabilizando-se pelo acompanhamento da mesma". Esclarece também que "a Escola não apresentou à interessada alternativa de aprofundamento pedagógico individualizado".

1.7 A titular da DE de Campinas ratificou o parecer da Supervisora de Ensino, manifestando-se pelo encaminhamento do pedido ao CEE através da CEI.

PROCESSO CEE N° 415/96   PARECER CEE N° 475/96

1.8 Nos autos não consta manifestação das autoridades da CEI, uma vez que o pedido foi protocolado diretamente neste Colegiado, sem ter obedecido aos trâmites estabelecidos pela Resolução SE n° 39/95.

1.9 A Lei Federal n° 5.692/71 em seu Artigo 18 determina: "O ensino de 1° grau terá a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades" e a Resolução n° 14/86 proibiu a matrícula na 3ª série do 1° grau, de alunos que tenham cursado um só ano de Ciclo Básico. Por outro lado, o artigo 3° da Resolução SE n° 13/84, que regulamenta o Ciclo Básico estabelece que, "em caráter excepcional, os alunos com defasagem de idade-série poderão cursar o Ciclo Básico em menos de dois anos".

1.2. APRECIÇÃO

O caso é semelhante a inúmeros outros examinados por este Conselho desde a instituição do Ciclo Básico. São alunos que ingressam no Ciclo Básico inicial alfabetizados e são imediatamente promovidos para o Ciclo Básico em Continuidade e, após sua conclusão, necessitam de autorização deste Conselho para se matricularem na 3ª série.

Tratam todos, como diz o Parecer CEE 1.298/86 do Conselheiro Celso de Rui Beisegel de "casos de alunos que não deveriam ter sido autorizados, pela escola, a saltarem etapas de sua escolaridade no Ciclo Básico, mas que somente chegam à atenção do Relator quando já não há mais qualquer medida pedagogicamente defensável a não ser a convalidação daquilo que já foi feito".

Estas situações encontram-se analisadas de uma forma clara e lúcida no Parecer CEE nº 1.046/86 do Conselheiro Luiz Antônio de Souza Amaral:

"Essa situação de fato decorre da não-observância, por parte das Srs. Diretores das Escolas da Rede Estadual de Ensino, da necessidade de os alunos, matriculados no "Ciclo Básico", terem dois anos de escolaridade, cabendo a cada unidade escolar propiciar a seus alunos um desejável atendimento pedagógico, criando condições de escolaridade que visem à elevação dos níveis de exigência, compatível com o objetivo de um melhor ensino em nossa escola pública".

"As crianças que venceram as dificuldades de dois anos letivos em um só foram nivelados por baixo e lhes foi retirado o direito de um progresso pedagógico. Sempre existiram casos de alunos com escolaridade pré-escolar ou crianças bem dotadas para a aprendizagem e que cursaram as duas primeiras séries em dois anos letivos. O fato de diretores e professores terem considerado a possibilidade de um aluno cursar o Ciclo Básico

em um ano talvez deva ser atribuído a uma falha na conceituação dos chamados mínimos a serem exigidos que foram confundidos com a suficiência para todos os alunos indiscriminadamente, isto é, sem levar em consideração a melhorias da qualidade do ensino com uma elevação dos padrões de produção escolar." Há que se retomar os princípios que nortearam a criação do Ciclo Básico como "um continuum no processo de aprendizagem, prevendo a reorganização do trabalho escolar, durante os seus dois anos de duração, de modo a atender as diferenças individuais de rendimento e de situação de escolaridade, evitando-se, assim, o desinteresse de alunos que apresentam melhor aproveitamento. Com esses alunos, mais adiantados, impõem-se atividades de aprofundamento dos estudos".

Neste sentido, são oportunas as palavras da Conselheira Maria Cristina Ferreira de Camargo no Parecer CEE nº 606/94.

"... a orientação deste Colegiado tem sido a de que as crianças talentosas sejam acolhidas com colegas de sua faixa etária normal e que lhes sejam proporcionadas atividades a mais, pelas quais se interessem, enriquecendo sua experiências. A escola deve proporcionar outras atividades que enriqueçam a qualidade do ensino, com atividades curriculares paralelas ou

por aprofundamento do estudo dos conteúdos programáticos de interesse do aluno. A proposta de que saltem etapas na seqüência escolar não é pedagógica, nem legal.

"Geralmente crianças que freqüentam a pré-escola chegam ao primeiro grau, já alfabetizadas e com prontidão para leitura e escrita, mas não é por isso que o processo deve ser acelerado".

"O Ciclo Básico deve oferecer o melhor ensino de primeiro grau para todas as crianças, durante dois anos, conforme dispõe o Decreto nº 21.833, de 28 de dezembro de 1983, que institui o Ciclo Básico".

"Além disso, é recomendável que o convívio seja entre crianças da mesma faixa etária participando de disputas e brincadeiras próprias da idade..."

Na mesma linha segue o Parecer CEE nº 544/93 relatado pela Conselheira Elba Siqueira de Sá Barreto que orienta:

"É preciso considerar que a alfabetização representa tão somente o domínio inicial, pela criança, do modo como funciona o sistema de escrita. É necessário, pois, que a escola continue propiciando aos alunos variadas oportunidades

de desenvolvimento da leitura e da escrita, brindando-lhes inúmeras ocasiões de contato com diferentes textos e diferentes linguagens". "Por sua vez, as escolas costumam explorar muito pouco os conhecimentos sobre o meio físico e social no ciclo básico. "Nesse sentido seria interessante programar atividades visando aumentar o domínio das crianças acerca de conceitos básicos da área, aproveitando para desenvolver mais plenamente, a partir daí as diferentes modalidades de expressão infantil".

"Ao assim proceder, ela estará não só beneficiando os alunos como o do caso em apreço, como também criando condições de incorporar, de maneiras novas ao trabalho da classe, aquelas que apresentam habilidades variadas.

Portanto, é preciso lembrar as escolas que o Ciclo Básico tem duração mínima de dois anos letivos e que elas devem procurar atender às crianças na sua individualidade e, se for caso, cobrar dos órgãos próprios da Secretaria de Estado da Educação as condições necessárias para a realização dessa tarefa.

Pelo exposto, fica clara a orientação que este Conselho tem adotado para esses casos e, conclui-se que a EEPSG Prof. Cláudio Gomes procedeu incorretamente ao não tratar a aluna Maíra Tramontano Mingarelli de acordo com a proposta do Ciclo Básico. Entretanto, a aluna já está matriculada e freqüentando a 3ª série ao longo deste ano e, nessas condições, seria pedagogicamente mais prejudicial seu retorno à 2ª série que sua continuidade na 3ª, apesar de todos os argumentos levantados.

2. CONCLUSÃO

Autoriza-se, em caráter excepcional, a matrícula de Maíra Tramontano Mingarelli, na 3ª série do 1º grau do Centro Educacional do SESI, da cidade de Vinhedo, em 1996.

Envie-se cópia do presente Parecer à COGSP e CEI para Ciência aos órgãos de supervisão e unidades escolares.

São Paulo, 16 de outubro de 1996

a) Cons. Francisco José Carbonari

Relator

PROCESSO CEE Nº 415/96   PARECER CEE Nº 475/96

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Eduardo Paulo Berardi Junior, Eliana Asche, Francisco José Carbonari, Leni Mariano Waiendy, Nacim Walter Chieco e Raquel Volpato Serbino.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 23 de outubro de 1996

a) Cons. Nacim Walter Chieco

Presidente da CEPG

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO adota, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", 13 de novembro de 1996.

FRANCISCO APARECIDO CORDÃO

Presidente